

A contradição de uma geração: altamente qualificada, estruturalmente precária

written by Clara Boavista | 13 de Fevereiro, 2026

OCIDADÃO
Journalism Libre

OPINIÃO
Clara Boavista



A expansão do ensino superior foi uma das transformações sociais mais profundas das últimas décadas. Durante muito tempo, a ligação parecia clara: estudar mais significava maior autonomia e estabilidade. Hoje, essa relação tornou-se incerta para uma parte significativa de uma geração. O investimento na formação mantém-se elevado, mas as garantias que lhe estavam associadas tornaram-se mais frágeis, fazendo da coexistência entre qualificação elevada e precariedade prolongada uma das contradições mais marcantes do nosso tempo.

Durante décadas, a narrativa foi clara e eficaz: estudar compensava. O esforço individual, traduzido em anos de escolaridade e títulos académicos, era apresentado como o

principal mecanismo de mobilidade social. Essa narrativa não desapareceu; continua a ser repetida por famílias, escolas, decisores políticos e discursos institucionais. O problema é que deixou de corresponder, de forma consistente, à experiência concreta de muitos dos que a seguiram.

A precariedade, outrora apresentada como uma fase transitória do início da vida profissional, tornou-se uma condição prolongada. Contratos a prazo sucessivos, recibos verdes, bolsas temporárias, estágios não remunerados ou mal pagos deixaram de ser exceção. Para muitos, passaram a constituir o modo normal de inserção no mercado de trabalho – não durante meses, mas durante anos. A entrada na vida adulta deixou de ser um processo gradual para se transformar num adiamento indefinido.

Esta precariedade não se traduz apenas em salários baixos ou instabilidade contratual. Tem efeitos mais profundos e menos visíveis. Dificulta o acesso à habitação, adia decisões fundamentais de vida, fragiliza projetos familiares e limita a participação cívica. Viver sem horizonte temporal estável não é apenas uma dificuldade económica; é uma forma de desgaste contínuo. Uma sociedade que normaliza esta condição pede, na prática, a uma geração inteira que viva em permanente estado de espera.

O discurso meritocrático, no entanto, mantém-se intacto. Continua a sugerir que a precariedade resulta de escolhas individuais insuficientes: o curso errado, a falta de flexibilidade, a recusa em aceitar “o que aparece”. Esta leitura ignora um dado essencial: quando a precariedade é generalizada entre pessoas altamente qualificadas, deixa de ser um problema individual e passa a ser estrutural. Não se trata de uma falha de esforço individual, mas de um desfasamento entre expectativas socialmente produzidas e condições efetivamente oferecidas.

Importa também reconhecer o papel das próprias instituições

neste processo. O Estado, as universidades, os centros de investigação e os serviços públicos recorrem frequentemente a vínculos precários para assegurar o seu funcionamento regular. Bolsas que substituem contratos, concursos temporários sucessivos, carreiras adiadas em nome da “flexibilidade” tornaram-se práticas correntes. A precariedade não é apenas tolerada; é produzida e legitimada por estruturas que, paradoxalmente, deveriam combatê-la.

Ao mesmo tempo, pede-se a esta geração disponibilidade total, adaptação permanente e investimento contínuo em novas competências. A formação ao longo da vida, apresentada como solução, transforma-se facilmente numa exigência sem contrapartida. Aprende-se mais, trabalha-se mais, planeia-se menos. O resultado é uma relação com o futuro marcada pela incerteza e pela frustração frequentemente silenciosa.

Este cenário tem implicações que vão para além do mercado de trabalho. Uma geração sistematicamente privada de estabilidade tende a desconfiar das promessas coletivas. A dificuldade em projetar o futuro corrói a confiança nas instituições e fragiliza o vínculo democrático. Não por falta de interesse ou de participação, mas porque a precariedade prolongada reduz a margem de risco que a participação exige. Quando a sobrevivência absorve a maior parte da energia disponível, o espaço para o envolvimento cívico encolhe.

Continuar a tratar esta realidade como um problema conjuntural é uma forma de evitar o debate de fundo. Não se trata de negar a importância da qualificação – ela continua a ser valiosa e necessária. Trata-se de reconhecer que a sua relação com a estabilidade se alterou profundamente. A promessa de que estudar garante segurança deixou de ser universalmente válida, e insistir nela sem ajustamentos é gerar desilusão.

A questão que se coloca já não é se esta geração fez o suficiente. Fez. Estudou mais, adaptou-se mais, aceitou condições que antes seriam consideradas provisórias. A questão

é outra: estamos dispostos a aceitar uma sociedade que transforma a qualificação em promessa vazia e a precariedade em norma? Ou reconhecemos, finalmente, que a contradição entre formação elevada e instabilidade estrutural não é um desvio temporário, mas um sinal de que algo essencial deixou de funcionar?

Enquanto continuarmos a chamar “fase” ao que se tornou condição, estaremos apenas a adiar uma resposta coletiva a um problema que já não pode ser tratado como individual. E esse adiamento já não é apenas um custo – é uma escolha coletiva.